

## ATA DE ASSEMBLEIA DE APROVAÇÃO

Às 18:30h (dezoito e trinta horas) do dia dezoito de junho do ano de 2024, reuniram-se os trabalhadores integrantes da categoria profissional da categoria **Reparação de Veículos**, convocados, através do edital, para assembleia geral. Abrindo os trabalhos, o companheiro Lauro Pinto do Amaral, Presidente da Entidade, fez a leitura da **ORDEM DO DIA**: 1º. Apreciar as propostas patronais finais para firmar ou não a Convenção Coletiva de Trabalho, das categorias profissionais; 2º. Discutir e deliberar, ou não, pela instituição Contribuição Assistencial/Negocial/Solidária (STF-TEMA 935) para todos os empregados beneficiados pela Convenção Coletiva de Trabalho, assim como, o valor e a periodicidade, a ser decidido na assembleia que aprovar todas as demais cláusulas que comporão o instrumento normativo e também sobre o exercício do direito de oposição, momento, forma, prazos e demais condições; 3º. Assuntos gerais;

Foi esclarecido que a proposta de Convenção Coletiva de 2024/2025 esta composta das seguintes cláusulas: **CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO NORMATIVO**: Fica estabelecido, com as ressalvas abaixo, para todos os trabalhadores abrangidos pelo presente acordo o **salário normativo** a partir de 01.05.2024, no valor de **R\$2.003,02** (dois mil, três reais e dois centavos) mensais. **03.01.** A título de incentivo ao ingresso de trabalhadores na área de reparação de veículos, fica instituído um salário normativo de ingresso de **R\$1.785,65 (hum mil, setecentos e oitenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos) mensais ou R\$8,11 (oito reais e onze centavos) por hora**. Este piso é aplicável somente ao trabalhador que, mesmo na soma de períodos descontínuos de trabalho em empresas e atividades ligadas à reparação de veículos, não comprove experiência de período superior a 06 (seis) meses, sendo esta comprovação feita exclusivamente mediante anotação da CTPS. Completados os 06 (seis) meses, passa, o trabalhador, a receber o piso previsto no "caput" desta cláusula. **03.02.** A contratação de trabalhador, mesmo sem experiência comprovada pela CTPS, por salário superior ao piso previsto no item 03.01, supra, descaracteriza, para todos os fins, a condição de inexperiente. **03.03.** Fica instituído o mesmo piso de **R\$1.785,65 (hum mil, setecentos e oitenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos) mensais ou R\$8,11 (oito reais e onze centavos) por hora**, aplicável aos trabalhadores em empresas que desenvolvam atividades exclusivamente de borracharia. **Parágrafo Primeiro:** Os salários normativos desta cláusula serão reajustados conforme a cláusula de REAJUSTE SALARIAL, ou outra política salarial, se mais benéfica, que venha a ser aplicada nos salários da categoria profissional. **Parágrafo Segundo:** Para o ingresso de trabalhadores na área da reparação de veículos previsto no item 03.01, supra, as empresas examinarão a conveniência de admitir, com prioridade, os jovens egressos do Programa Consórcio da Juventude, o qual garante uma subvenção de **R\$1.500,00** (hum mil e quinhentos reais) do Governo Federal, por ano, à empresa contratante. **Parágrafo Terceiro:** A contratação de trabalhadores sem experiência, nas condições e valores do piso previsto no item 03.01, supra, obedecerá aos seguintes limites: empresas com até 04 (quatro) empregados, poderão contratar 01 (um) empregado sem experiência; empresas com 05 (cinco) a 10 (dez) empregados, poderão contratar 02 (dois) empregados sem experiência e, empresas com mais de 10 (dez) empregados, poderão contratar até 20% (vinte inteiros) do número de trabalhadores com empregados sem experiência. **Parágrafo Quarto:** Sem prejuízo da antecipação de que trata esta Cláusula, caso venha a ocorrer no ano de 2024 e 2025, aumento do salário mínimo regional, por ato legislativo do



Estado do Rio Grande do Sul, que supere o piso salarial normativo previsto na Cláusula Terceira, supra, este piso será automaticamente reajustado até o valor do salário mínimo regional, visando impedir que o piso da categoria seja inferior ao salário mínimo no Estado. A fim de evitar expectativas indevidas, fica esclarecido que esta paridade será mantida até que sobrevenha nova negociação coletiva, e não servirá de base para reajuste futuro de salários, que tomará por base o salário e/ou piso salarial em 01 de maio de 2024. **Parágrafo Quinto:** O mesmo reajuste que, por força do Parágrafo Quarto venha a ser aplicado ao piso da categoria no ano de 2024 e 2025, incidirá também sobre os pisos dos itens 03.01 e 03.03, de forma a manter a proporcionalidade. **Parágrafo Sexto:** Em 01 de maio de 2025, próxima data-base da categoria, fica assegurado reajuste do piso salarial normativo previsto no “caput” desta cláusula em no mínimo **6,0%** (seis inteiros) acima do Salário Mínimo Regional vigente à época, observado o mesmo percentual nos pisos previstos nos itens 03.01 e 03.03 acima, de forma a manter a proporcionalidade.

**CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL E ABONO:** Os demais trabalhadores, que percebam remuneração superior aos pisos normativos acima nominados, terão reajuste salarial de **3,23% (três inteiros e vinte e três décimos)** em 01/05/2024, sendo tal percentual incidente sobre os salários praticados em 01/05/2023, permitida a compensação de valores Convencionados ou espontaneamente concedidos. **Parágrafo Primeiro:** As empresas que não puderem incluir e pagar o reajuste ora acordado, bem como as diferenças relativas aos PISOS, ainda na folha de pagamento do mês de maio e junho de 2024, deverão fazê-lo juntamente com a folha de pagamento do mês de julho de 2024. **Parágrafo Segundo:** Se durante os primeiros seis meses de vigência da presente Convenção a variação de preços medida pelo INPC/IBGE superar o patamar de **5%** (cinco inteiros), as empresas concederão em 01/11/2024 a título de antecipação, reajuste salarial de **1,5%** (um inteiro e cinco décimos) a incidir sobre os salários já reajustados na forma supra.

**CLÁUSULA QUINTA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE:** (Cláusula Décima Quarta da Convenção Coletiva de Trabalho MR031136/2023) Em função de Mediação realizada perante o **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO** e da proposta de conciliação formulada na audiência realizada em 10/08/2018, nos autos do processo 0021880-85.2018.5.04.000, a clausula fica assim redigida: A partir da assinatura desta Convenção Coletiva de Trabalho, para os trabalhadores abrangidos pelo presente instrumento, o adicional de insalubridade, quando devido, será calculado sobre o PISO SALARIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (também denominado PISO REGIONAL ou SALÁRIO MÍNIMO REGIONAL) na faixa referente à categoria profissional – (atualmente a faixa 04 (quatro), no valor de **R\$1.711,69** (hum mil, setecentos e onze reais e sessenta e nove centavos) e deverá ser reajustado neste ano de 2024 e em 2025, conforme for aprovado pelo legislativo estadual.

**CLÁUSULA SEXTA - EMPREGADO ESTUDANTE – ABONO:** (Cláusula Décima Oitava da Convenção Coletiva de Trabalho MR031136/2023) Para o empregado que estiver matriculado e frequentando estabelecimentos de ensino oficial e reconhecido em curso regular de nível fundamental, médio ou superior, inclusive em cursos técnicos e profissionalizantes, a exemplo do SENAI e outras instituições do gênero, as empresas concederão um abono escolar anual no valor de 1 (um) salário normativo, previsto no caput da cláusula 3ª, o qual não terá natureza salarial e será pago da seguinte forma:  $\frac{1}{2}$  (meio) salário normativo até 30.09.2024 e  $\frac{1}{2}$  (meio) salario normativo até 30.11.2024, mediante exibição de comprovante de matrícula e frequência.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DESCONTO NEGOCIAL/TRABALHADORES:** (Cláusula Quadragésima Oitava da Convenção Coletiva de Trabalho MR031136/2023) Por decisão da Assembleia Geral de Trabalhadores, com a presença de sócios e não sócios das entidades ficou estabelecida



uma Contribuição Negocial, com valores que obedecem aos princípios da razoabilidade, a serem descontados dos salários dos empregados beneficiados pela presente CCT. Tais valores deverão ser recolhidos aos Sindicatos no prazo de 10 (dez) dias contados da data em que for efetivado o desconto. Os Sindicatos de Porto Alegre e Cachoeirinha, firmaram Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) de número 000036/2021 nos autos do Inquérito Civil número 002114.2019.04.000/3 com o MPT. Os Sindicatos de, Ijuí, Horizontina, Panambi, Santa Rosa e Santo Ângelo firmaram acordos com o MPT nos autos das ACPs, respectivamente, processos números:--0000185-96.2010.5.04.0601; --0000655-65.2010.5.04.0751; --1012700-69.2009.5.04.0541; --0000435-33.2011.5.04.0751; --0124400-49.2009.5.04.0741, estabelecendo, igualmente, as formas e condições para o presente desconto. **Parágrafo Primeiro:** A guia de pagamento deverá estar obrigatoriamente acompanhada de uma relação nominal contendo o valor total do desconto. **Parágrafo Segundo:** O não recolhimento das importâncias antes referidas, nas datas aprazadas, acarretará às empresas uma multa no valor da quantia descontada dos empregados, acrescida de juros de mora de 1% (um inteiro) ao mês, além da atualização monetária. **Parágrafo Terceiro:** Na hipótese de alguma empresa da categoria econômica ser demandada judicialmente por trabalhador individual, visando o ressarcimento do valor relativo à Contribuição Negocial, poderá a empresa requerer o chamamento ao processo do Sindicato dos Trabalhadores, aceitando este, desde já, a condição de responsável pela devolução do desconto reclamado, no caso de condenação, desde que tenha o empregador procedido a efetiva defesa judicial. descontarão dos integrantes da categoria, beneficiados ou não, pelo presente acordo, a importância equivalente a 1 (um) dia de salário no mês de julho de 2024 e, 1 (um) dia de salário no mês de setembro de 2024, já reajustados. Após breve saudação aos participantes o Presidente, passou a falar sobre os assuntos da assembleia e passou para a votação, sendo todas as cláusulas **APROVADAS** por unanimidade, inclusive o desconto negocial/assistencial. Também, foi fixado na assembleia os dias 01 (um) e 02 (dois) de julho de 2024 no horário das 08:00 h às 11:30h e das 13:00h às 18:00h, para os não sócios que quiserem manifestar sua oposição ao desconto, junto à entidade. A manifestação deverá ser presencial, com documento de identificação e lavrada a termo na sede da entidade. Desde já o Presidente informa que os dias de oposição serão divulgados amplamente pelos meios que o Sindicato dispõe, inclusive as redes sociais, bem como solicita aos presentes que também o façam a todos os integrantes da categoria profissional. Estando todos esclarecidos e as cláusulas foram aprovadas por aclamação unânime nada mais havendo a ser tratado, o Presidente e Secretário agradeceram a presença de todos e declararam encerrada a assembleia, da qual para constar lavrou-se a presente ata que lida e aprovada é assinada por mim, Jorge Elio de Oliveira Secretário e Lauro Pinto do Amaral Presidente da Entidade.

**S T I M M E N H**  
Jorge Elio de Oliveira  
Secretário

**S T I M M E N H**  
Lauro Pinto do Amaral  
Presidente